

NEOEXTRATIVISMO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA, BRASIL

Luis Claudio Krajevski¹
Marcos Mattedi²
Ivo Marcos Theis³

Comentado [R1]: Times New Roman, tamanho 12, espaçamento simples, alinhado à direita

Nota de Rodapé com Filiação institucional e endereço eletrônico para cada autor.

Resumo

As desigualdades socioeconômicas existentes nos países e regiões são resultantes do modo de produção capitalista. Especificamente, Santa Catarina apresenta desigualdades regionais expressivas, com regiões mais e menos desenvolvidas, sendo o planalto norte catarinense um dos territórios menos desenvolvidos do Estado. O objetivo deste artigo é identificar se, num contexto de intensificação do neoextrativismo no Brasil, este processo modificou a estrutura fundiária no planalto norte catarinense. Para tanto, foram consideradas algumas características socioeconômicas e agrárias da região, em especial o Índice de Gini referente à concentração de terras e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Os resultados apontam que o neoextrativismo não alterou a estrutura fundiária na região, sendo que esta contribui para o baixo desenvolvimento do planalto norte catarinense.

Palavras-chave: Desenvolvimento, estrutura fundiária, neoextrativismo.

Introdução

Santa Catarina é uma das unidades da Federação brasileira que apresenta indicadores socioeconômicos satisfatórios, o colocando como um dos Estados mais desenvolvidos do país. Entretanto, o Estado catarinense apresenta desigualdades expressivas, com regiões mais e menos desenvolvidas. Neste cenário, o planalto norte catarinense, por não apresentar resultados que acompanham a dinâmica estadual, é um de seus territórios menos desenvolvidos. Dentre suas características, sobressai a forte presença de atividades vinculadas ao setor primário na região, com destaque para o extrativismo. O objetivo deste artigo é identificar se, num contexto de intensificação do neoextrativismo no Brasil, este processo modificou a estrutura fundiária no planalto norte catarinense. Ademais, observar se esta estrutura fundiária contribui para o baixo desenvolvimento da região.

¹ Professor de Teoria Econômica da Universidade Federal da Fronteira Sul e doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau: luisclaudio@uffs.edu.br

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau: mattediblu@gmail.com

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau: theis@furb.br

A hipótese inicial do trabalho considera que esta etapa recente do extrativismo não altera substancialmente a estrutura fundiária. A expansão das atividades extrativistas tem se intensificado na América Latina nos últimos anos e, no Brasil, não é diferente. Assim, observa-se mais recentemente que o avanço do extrativismo tem ocasionado, até pelas suas próprias características, um aumento das desigualdades socioeconômicas e regionais, as quais podem ocasionar a insurgência de conflitos socioambientais. A segunda premissa deste trabalho entende que a concentração fundiária contribui para o baixo desenvolvimento das regiões. Principalmente nas regiões em que o setor primário possui significativa importância. Neste caso específico, planalto norte catarinense, se considera que a estrutura fundiária ali existente contribui para o baixo desenvolvimento do território.

Este trabalho é composto por cinco seções, além da presente introdução e das considerações finais. Para cumprir com os objetivos propostos, a próxima seção trata de uma revisão bibliográfica e documental a respeito dos temas aqui explorados. Inicialmente, se faz uma revisão teórica sobre o extrativismo e neoextrativismo, com destaque para a contribuição de Gudynas. Logo após, é objeto de estudo os aportes acerca do desenvolvimento desigual e desenvolvimento geográfico desigual, em especial as contribuições do geógrafo David Harvey. Em seguida, se apresentam algumas características do território em questão. Posteriormente, se evidenciam alguns indicadores socioeconômicos, coletados principalmente junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, analisando estes dados frente ao desenvolvimento do planalto norte catarinense. Por fim, tem-se as considerações finais.

Extrativismo e neoextrativismo

O extrativismo consiste no conjunto de atividades produtivas baseadas na extração de recursos naturais, sejam eles minerais, vegetais ou animais. Para Gudynas,

“El extractivismo se caracteriza por la explotación de grandes volúmenes de recursos naturales, que se exportan como *commodities* y dependen de economías de enclave (que pueden estar localizadas, como los campos petroleros o la minas, o bien ser espacialmente extendidas, como el monocultivo de soja).” (GUDYNAS, 2012, p. 131).

Historicamente, o extrativismo possui grande importância para a economia brasileira. Desde o início de seu processo de ocupação, com a exploração do pau-brasil até os dias atuais, as atividades extrativistas detêm significativa importância para o PIB brasileiro. Aliás, este

processo não é restrito ao território brasileiro, pois conforme ACOSTA, ao discorrer sobre a importância da natureza:

“Esta é o ponto de partida para entender a conquista e colonização da América, que cristalizou uma exploração impiedosa dos recursos naturais, com o consequente genocídio das populações indígenas e a posterior incorporação de escravos provenientes da África no mercado global nascente. Desde então se forjou um esquema extrativista de exportação da natureza a partir das colônias em função das exigências de acumulação de capital das metrópoles.” (ACOSTA, 2012, p. 203).

Portanto, a importância do extrativismo para os países latino-americanos é expressiva. Maldonado vai além, ao afirmar que:

“[...] o extrativismo consistiu e consiste em um mecanismo de expansão do sistema capitalista dentro da lógica do colonialismo. Na dialética do colonialismo, a colônia fornece os bens primários, resultado da extração e produção de matérias-primas, em contrapartida consome produtos manufaturados produzidos pelas metrópoles.” (MALDONADO, 2013, p. 159-160).

Sendo assim, é possível considerar que as atividades extrativas fazem parte da formação histórico-social dos países da América Latina. Obviamente que, dada a vasta extensão territorial e a abundância de terras férteis, esta prática seria facilmente encontrada no espaço brasileiro desde seu “descobrimto”.

Segundo Carvalho, o extrativismo pode ser de duas formas: predatório (a atividade ao longo do tempo deve acabar com o recurso disponível) ou sustentável (a extração não supera a capacidade de regeneração do recurso natural) (CARVALHO, 2013, p. 64). Para Misoczky e Böhm, a forma predatória tem sido uma prática largamente adotada nos países latino-americanos, pois segundo os autores, as indústrias extrativas “[...] têm assumido a forma do extrativismo predatório desde os tempos coloniais: práticas intensivas em grande escala com alto impacto social e ambiental e com a produção de economias de enclave.” (MISOCZKY E BÖHM, 2013, p. 314).

Não obstante, para Carvalho (2013),

“[...] é importante diferenciar o extrativismo comercial do extrativismo voltado para o autoconsumo. Muitas espécies nativas, não cultivadas, são utilizadas como alimento, remédios e para outros fins, sem adquirir valor de uso para além das comunidades que as utilizam, e, dessa forma, não se convertendo em bens de valor de mercado. A pressão pela coleta destes produtos tende a ser somente local e, portanto, pequena. Por outro lado, alguns produtos extrativos adquirem valor no nível regional ou mesmo no mercado global, ficando sujeitos às pressões e demandas provenientes de fora dos locais onde ocorrem.” (CARVALHO, 2013, p. 65).

Dessa maneira, pode-se considerar que o extrativismo de autoconsumo possivelmente impacta menos que o extrativismo comercial. E este, até pela exploração da atividade econômica em si, a qual visa a elevação dos ganhos financeiros, será mais predatório que o primeiro. Ainda segundo Carvalho, o extrativismo vegetal consiste na “[...] coleta e o uso de frutos, folhas, flores, raízes, madeiras e outros órgãos das plantas.” (CARVALHO, 2013, p. 64).

Nos últimos anos houve algumas transformações referente ao extrativismo como um todo, daí o surgimento de um novo termo: neoextrativismo. De acordo com Milanez e Santos (2013), Gudynas entende “[...] o neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada.” (MILANEZ e SANTOS, 2013, p. 121). Este novo extrativismo, para Gudynas, tem como um de seus diferenciais a presença do Estado neste processo. Segundo ele, em países com governos mais progressistas (ou como ele denomina, de nova esquerda),

“[...] o Estado desempenha papéis mais ativos e que, em vários casos, alimentam programas de luta contra a pobreza, mas que por outro lado continuam adotando modelos de grande impacto social e ambiental que, novamente, acabam remetendo à dependência dos circuitos econômicos globais.” (GUDYNAS, 2012, p. 303).

Esta situação, segundo Gudynas, consolidou a importância dos setores extrativistas em alguns países da América do Sul, inclusive com a elevação do extrativismo exportador (GUDYNAS, 2012, p. 304-305). Contudo, o autor ressalta que há diferenças entre o extrativismo anterior e o neoextrativismo. De qualquer forma, esta nova fase do extrativismo não só encontra condições favoráveis à sua expansão, como também, “[...] o extrativismo é apresentado pelas forças dominantes como um destino, como a única possibilidade de desenvolvimento.” (MISOCZKY e BÖHM, 2013, p. 332).

Especificamente quanto ao caso brasileiro, o país não é facilmente identificado como extrativista em virtude de seu dinamismo econômico. Milanez e Santos entendem da mesma forma ao entender que o Brasil “[...] possui uma estrutura produtiva mais complexa e um perfil comercial distinto do restante da América Latina [...]” (MILANEZ e SANTOS, 2013, p. 133). Mais adiante, ao analisar alguns dados da economia brasileira, os autores registram que:

“[...] dados empíricos indicam que setores manufatureiros vêm perdendo espaço relativo para os setores extrativos e de transformação primária tanto na pauta de exportação, quanto no PIB do país. Embora essas mudanças não tenham sido suficientes para permitir a identificação da economia brasileira como uma economia

extrativa, tais tendências sugerem a necessidade de cuidados para que esse modelo não se aprofunde.” (MILANEZ e SANTOS, 2013, p. 137).

Portanto, parece evidente apontar que as práticas extrativistas estão se proliferando pelo país. Historicamente, o extrativismo se constituiu numa prática recorrente em países menos desenvolvidos, principalmente àqueles que possuem expressivas riquezas naturais. Recentemente, novas formas extrativistas deram origem ao chamado neoextrativismo. Ainda que as relações da economia extrativa com o Estado tenham se alterado ao longo dos anos, não se pode negar que as consequências do extrativismo permanecem, ou até se aprofundam, sobre o território sul-americano e brasileiro.

Desenvolvimento desigual, desenvolvimento regional e estrutura fundiária

A desigualdade socioeconômica e regional existente em todo o mundo pode ser compreendida como fruto do modo de produção capitalista. Para Smith (1998), o desenvolvimento desigual é inerente ao capitalismo, pois o avanço do último provoca e eleva o desenvolvimento desigual no espaço. Harvey, ao discutir a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, propõe a análise dos diferentes espaços geográficos diante das desigualdades socioeconômicas produzidas pelo capitalismo (HARVEY, 2006).

A desigualdade entre as regiões pode ser justificada por inúmeras razões, conforme a abordagem adotada. Para Harvey “O capitalismo não pode sobreviver sem seus “ajustes espaciais” [...]” (HARVEY, 2004, p. 80), ou seja, as desigualdades geográficas existentes são condições à expansão do capital. Ainda, conforme Harvey “[...] o capitalismo produz uma paisagem geográfica [...] apropriada à sua própria dinâmica de acumulação num momento particular de sua história” (HARVEY, 2004, p. 87).

Desta forma, fica patente que o desenvolvimento desigual é inerente ao modo de produção capitalista. A teoria do desenvolvimento geográfico desigual, proposta por Harvey, propõe a análise dos diferentes espaços geográficos diante das desigualdades socioeconômicas produzidas pelo capitalismo (HARVEY, 2006). Assim, parte-se da ideia de que o capitalismo permite e acentua as desigualdades regionais já existentes ou que se formam ao longo do tempo. Esta interpretação pode ser aplicada quando se investiga o desenvolvimento desigual brasileiro em geral, e catarinense, em particular.

Com relação ao desenvolvimento regional, sua perspectiva interdisciplinar tem proporcionado a consolidação desta área de conhecimento. As primeiras ideias a respeito de uma economia ou desenvolvimento das regiões sobrevalorizavam aspectos quantitativos⁴. Não obstante, é a partir dos anos 1950, com a sintetização da teoria da localização, feita por Isard, que surge a ideia da “Ciência Regional” (GOULARTI FILHO, 2008). Inúmeras críticas surgem à concepção da Ciência Regional da forma em que esta se encontrava⁵.

Apesar da ideia inicial de que o desenvolvimento regional remete ao progresso econômico, os últimos estudos o tratam de forma multidimensional. Ou seja, de acordo com Mattedi (2014), o desenvolvimento das regiões não se limita a questão econômica, mas também a aspectos ambientais, sociais, políticos, culturais, entre outros. A atual perspectiva acerca do desenvolvimento regional permite entendê-lo como resultado de uma certa transformação, ocorrida em dado período de tempo. Esta transformação impacta positiva ou negativamente as diversas dimensões.

Dentre os diversos elementos que podem se relacionar com o desenvolvimento regional, destaca-se a estrutura fundiária. Neste sentido, compreender qual o papel e quais as relações entre o rural e o regional é essencial para explicar o desenvolvimento das regiões. Afinal, para Ramos “[...] são as alterações na posse/uso da terra, ou seja, na estrutura fundiária, que permitem associar desenvolvimento socioeconômico com desenvolvimento agrário-agrícola. A junção destes dois “conjuntos” é que justifica distinguir um “desenvolvimento rural”” (RAMOS, 2001). Obviamente, o peso da estrutura fundiária sobre o desenvolvimento é mais substancial nas regiões em que a agropecuária ocupa papel de destaque.

A compreensão do problema da desigualdade no Brasil pressupõe o entendimento a respeito da concentração da propriedade da terra. Neste sentido, pode-se dizer que a questão fundiária é elementar quando se refere às desigualdades existentes no país. Esta situação é consequência do processo de ocupação do território brasileiro e, também, dos modos de

⁴ Neste sentido, abordagens referentes ao acesso às matérias primas e/ou proximidade com o mercado consumidor tiveram maior relevância, com destaque para as contribuições de Von Thünen (1826: teoria da localização relativo à agricultura), Alfred Weber (1909: custos de produção – localização industrial), Christaller (1933: centralidade – concentração urbana) e Losch (1940: preocupação com a demanda – áreas de mercado) (LIBERATO, 2008).

⁵ Perroux (1967), por exemplo, ressalta a importância do espaço geográfico, desenvolvendo a ideia dos polos de crescimento. Também a crítica cepalina⁵ (GOULARTI FILHO, 2008) e a crítica marxista (CLAVAL, 2012) questionam a validade da Ciência Regional. Segundo Liberato (2008) outras teorias buscam tratar do desenvolvimento regional, tais como a teoria da dependência e, mais recentemente, as contribuições referentes ao desenvolvimento endógeno.

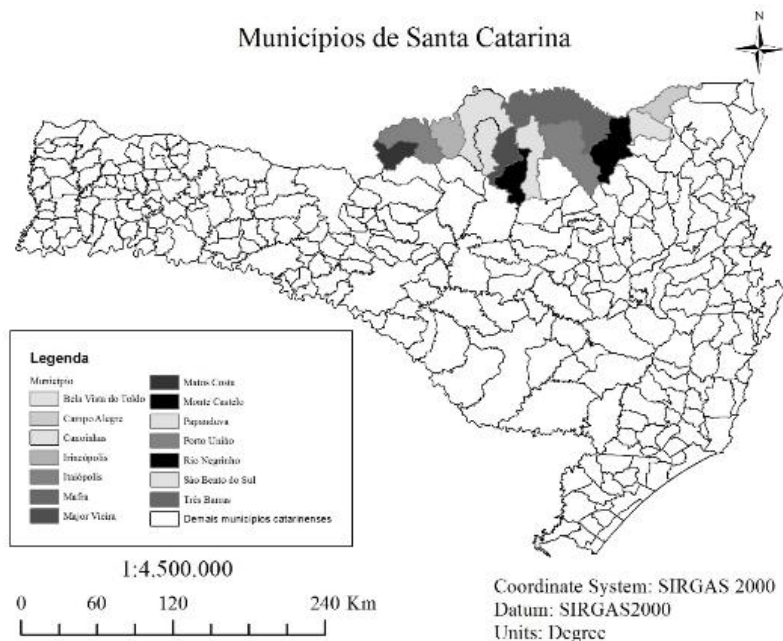
produção existentes desde os primeiros séculos. Ao resgatar o histórico referente ao acesso à terra, observa-se explicitamente a expropriação das terras dos indígenas, a adoção do sistema de capitânicas hereditárias e o regime de sesmarias. Estas ações favoreceram a concentração de terras nas mãos de poucos. Segundo Stedile, com a Lei nº 601, de 1850, conhecida como Lei das Terras, é garantida a propriedade privada das terras no Brasil. Para Stedile, a lei “[...] regulamentou e consolidou o modelo de grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STEDILE, 2005, p. 25).

A estrutura fundiária brasileira é, historicamente, desequilibrada e desigual. O Índice de Gini referente à propriedade da terra no Brasil tem apresentado resultados piores com o passar do tempo. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 1985 o Índice de Gini era de 0,857, passando para 0,856 em 1995 e 0,872 em 2006 (IBGE, 2006). Outro dado crítico diz respeito ao tamanho das propriedades rurais. Conforme análise de Hoffmann e Ney, os estabelecimentos de área igual ou superior a cem hectares totalizam apenas 9,6% do total de propriedades, contudo, somam 78,6% das atividades destinadas ao setor agropecuário (HOFFMANN, NEY, 2010). Em contrapartida, mais de 50% dos estabelecimentos detém apenas 2,4% da área total. Destarte, a concentração da propriedade da terra no Brasil é inquestionável. Quanto à região Sul, esta apresenta um nível menor, porém, ainda assim se observa a concentração fundiária.

O planalto norte catarinense

Quanto ao planalto norte catarinense, sua composição varia de acordo com a regionalização. Independente do recorte utilizado, verifica-se que a região conta com vários municípios que apresentam IDHM's mais baixos. Uma das regionalizações mais usuais trata o planalto norte catarinense como resultado de duas Agências de Desenvolvimento Regional: ADR de Canoinhas (Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras) e ADR de Mafra (Campo Alegre, Itaiópolis, Mafra, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho e São Bento do Sul) (ALESC, 2016). Porém, como o objeto de análise neste trabalho é o Território da Cidadania Planalto Norte, será acrescido a estes municípios o município de Matos Costa (pertencente à ADR de Caçador). O Território da Cidadania Planalto Norte Catarinense foi criado quando de sua inserção no Programa Territórios da Cidadania

(PTC), este oriundo dos Territórios Rurais brasileiros. A figura 2 exibe os municípios que constituem o presente território.



Fonte: elaboração própria

Figura 1 – Municípios do Planalto Norte Catarinense

Distante de Florianópolis e dos principais centros industriais catarinenses, a economia do território gira em torno das atividades relacionadas ao extrativismo e a agropecuária. Conforme informações do portal da economia catarinense (2016), os municípios pertencentes à ADR de Canoinhas se destacam nas atividades relacionadas à produção florestal, celulose e papel, produtos relacionados à madeira, agricultura e pecuária. As atividades econômicas mais relevantes dos municípios pertencentes à ADR de Mafra são de base florestal, produtos de madeira e mobiliário, além da agropecuária (PORTAL DE ECONOMIA DE SANTA CATARINA, 2016). Ou seja, é inegável a importância do setor primário para a economia da região.

Desse modo, discutir a questão agrária é essencial para analisar o planalto norte catarinense. E a importância das atividades extrativas está caracterizada de acordo com os números mais recentes da economia catarinense. Aliás, as atividades extrativas não possuem

importância apenas nos últimos anos, pelo contrário, a exploração dos recursos naturais é histórica no processo formação econômica e social da região.

A região, anteriormente habitada por povos originários, passou a ser ocupada de forma mais intensiva com o trajeto do Caminho das Tropas⁶, num primeiro momento, e com a significativa migração de europeus para a região, ao longo dos séculos XIX e XX (TOMPOROSKI E MARCHESAN, 2016). A abundância das araucárias, além da própria mata nativa, acabaria sendo um importante elemento que implicaria na adoção do extrativismo na região. Conforme consta no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Planalto Norte Catarinense de 2006, as primeiras atividades econômicas estavam vinculadas ao extrativismo da erva-mate e da madeira (HANISCH *ET AL.*, 2006, p. 4-5).

Neste sentido, Tomporoski e Marchesan (2016), ao resgatarem uma análise histórica, com elementos físico-culturais, observam “[...] um panorama que explica a profunda intensificação do processo extrativista vegetal, a partir da segunda década do século XX, sob o território em análise.” (TOMPOROSKI E MARCHESAN, 2016, p. 60). Para Milani (2013), o extrativismo contribuiria para a industrialização da região. Afinal, a relação entre a atividade madeireira e a indústria moveleira ali instalada é facilmente perceptível, conforme a matriz produtiva atualmente existente.

Todavia, Marchesan e Tomporoski consideram que o processo extrativista continuaria na região. Para eles, a partir dos anos 1960 ocorreu a inserção de novas espécies de vegetação, especialmente o pinus, o qual “[...] resultou na continuidade do processo de extrativismo de produção. Apesar de atenuar a exploração de matas nativas, remanescentes da floresta das araucárias, a utilização desta espécie exótica ocasionou outras perturbações ao processo de desenvolvimento sustentável do território.” (TOMPOROSKI E MARCHESAN, 2016, p. 62).

Ainda, Moreira (2016), destaca que os municípios do Território Planalto Norte Catarinense “[...] possuem características econômicas semelhantes, baseadas na agricultura e com baixo nível de industrialização e voltadas mais ao setor extrativista.” (MOREIRA, 2016, p. 44). Em outro texto, Tomporoski reitera esta percepção, ao afirmar que a região enfrenta “[...] a continuidade de um modelo econômico baseado no extrativismo, do qual advém problemas de ordem, social, econômica e ambiental, impondo severas restrições àquele território.” (TOMPOROSKI, 2016, p. 85).

⁶ Para Moreira, “O Caminho das Tropas foi o resultado do processo de ligação entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, que teve início no princípio do século XVIII.” (MOREIRA, 2016, p. 45).

Portanto, o extrativismo esteve ligado a região desde os primeiros momentos da utilização econômica deste território. E as novas práticas extrativistas, isto é, o neoextrativismo, continua amplamente adotadas na região. Aliás, convém analisar alguns indicadores socioeconômicos que permitem visualizar um panorama atual do planalto norte catarinense.

Discussão e análise dos resultados

Com relação a sua população, o quadro 1 apresenta alguns dados populacionais do território (incluindo dados gerais de Santa Catarina e do Brasil).

Quadro 1

Dados Populacionais Brasil/Santa Catarina/Planalto Norte Catarinense (2000-2010)

Brasil, Unidade da Federação e Município	Pop. Urbana 2000	Pop. Rural 2000	Pop. Total 2000	Pop. Urbana 2010	Pop. Rural 2010	Pop. Total 2010
Brasil	137.953.959	31.844.926	169.798.885	160.925.792	29.830.007	190.755.799
Santa Catarina	4.217.931	1.138.429	5.356.360	5.247.913	1.000.523	6.248.436
Bela V. do Toldo	570	5.151	5.721	847	5.157	6.004
Campo Alegre	6.871	4.763	11.634	7.237	4.511	11.748
Canoinhas	37.904	13.727	51.631	39.273	13.492	52.765
Irineópolis	2.964	6.770	9.734	3.519	6.929	10.448
Itaiópolis	8.757	10.329	19.086	10.737	9.564	20.301
Mafra	37.713	12.227	49.940	41.318	11.594	52.912
Major Vieira	2.199	4.707	6.906	2.961	4.518	7.479
Matos Costa	1.250	1.954	3.204	1.465	1.374	2.839
Monte Castelo	4.573	3.777	8.350	4.849	3.497	8.346
Papanduva	7.953	8.869	16.822	9.184	8.744	17.928
Porto União	26.579	5.279	31.858	28.266	5.227	33.493
Rio Negrinho	32.650	5.057	37.707	36.348	3.498	39.846
São Bento do Sul	61.826	3.611	65.437	71.234	3.567	74.801
Três Barras	14.223	2.901	17.124	15.365	2.764	18.129
Total Planalto Norte	246.032	89.122	335.154	272.603	84.436	357.039

Fonte: elaboração própria, conforme dados obtidos no sítio Atlas Brasil

A população total do território representa 5,71% da população catarinense (2010). A população urbana corresponde a 5,19% da população urbana do Estado, enquanto a população

rural representa aproximadamente 8,44% dos residentes rurais. De acordo com o quadro 1, São Bento do Sul, Mafra e Canoinhas são os municípios mais populosos da região. Matos Costa, Bela Vista do Toldo, Major Vieira e Monte Castelo são os menos populosos, não atingindo dez mil habitantes. Em dez anos, a região teve um acréscimo de 21.885 moradores, existindo variação percentual positiva na população urbana em todos os municípios. Quanto à população rural, houve variação negativa em doze municípios, sendo exceções Bela Vista do Toldo (variação de 0,1%) e Irineópolis (2,3%). Quando se observa a população catarinense, 83,99% da população vive na área urbana, ante 16,01% na área rural, todavia, no território planalto norte, 23,65% da população vive na área rural.

A análise do PIB *per capita* indica a pujança econômica do município ou região analisada. Evidentemente que este indicador permite distorções relevantes, visto que se baseia na produção total do município dividido pela sua população, porém, é um dado ainda bastante utilizado em análises socioeconômicas. O quadro 2, a seguir, não só ressalta o PIB *per capita* dos municípios da região, como também apresenta o PIB nominal (referente ao ano de 2013) e a contribuição de cada setor econômico⁷ para o PIB municipal. Ao se comparar o PIB *per capita* dos municípios da região com o resultado estadual, se observa que apenas três municípios da região estão acima da média catarinense.

Quadro 2

PIB estadual/municípios do planalto norte catarinense, contribuição por setor econômico e PIB per capita (2013)

Unidade da Federação e Município	PIB (em mil reais)	% PIB agropecuário	% PIB industrial	% PIB serviços	PIB per capita (em reais)
Santa Catarina	214.217.274,01	6,7	30,9	62,4	R\$ 32.289,58
Bela Vista do Toldo	154.359,99	59,8	5,9	34,3	R\$ 24.932,97
Campo Alegre	277.845,97	17,2	37,3	45,5	R\$ 23.207,98
Canoinhas	1.340.973,47	18,1	22,2	59,7	R\$ 24.847,11
Irineópolis	277.163,79	48,1	6,7	45,2	R\$ 25.561,54
Itaiópolis	545.055,01	38,4	19,4	42,2	R\$ 25.936,47
Mafra	1.239.765,40	14,5	23	62,5	R\$ 22.661,50
Major Vieira	163.926,17	19,4	7,5	73,1	R\$ 21.064,79
Matos Costa	32.307,08	25,4	7,8	66,8	R\$ 11.675,85

⁷ Cálculo aproximado, considerando o valor bruto da produção, efetuado pela Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina.

Monte Castelo	158.996,04	41,6	8,9	49,5	R\$ 18.753,96
Papanduva	834.039,99	16,5	17,2	66,3	R\$ 44.918,14
Porto União	500.991,04	16,4	21,5	62,1	R\$ 14.500,04
Rio Negrinho	878.345,97	5,8	35,1	59,1	R\$ 21.336,17
São Bento do Sul	2.696.943,43	2	50,5	47,5	R\$ 34.139,39
Três Barras	694.216,56	11,9	56,4	31,7	R\$ 37.044,64

Fonte: elaboração própria, considerando dados disponíveis pelas Secretarias Estaduais da Fazenda e de Planejamento de Santa Catarina.

Com relação ao PIB dos municípios da região, os dados apresentados no quadro 2, apontam a importância dos setores agropecuário, industrial e de serviços para cada município. A agropecuária é responsável por mais de 50% do total produzido em Bela Vista do Toldo. Além disso, é o setor que mais contribui com o PIB no município de Irineópolis, além de responder por mais de 1/3 da produção nos municípios de Itaiópolis e Monte Castelo. O setor industrial detém participação superior a 50% do PIB nos municípios de São Bento do Sul e Três Barras, sendo responsável por mais de 1/3 da riqueza produzida em Campo Alegre e Rio Negrinho. Os demais municípios têm a maior parte do PIB oriunda do setor de serviços. Convém ressaltar que, mesmo nos municípios de Bela Vista do Toldo, Irineópolis e São Bento do Sul, o setor de serviços contribui com mais de 1/3 do PIB.

Contudo, é salutar aqui discorrer sobre o perfil da indústria presente na região. São Bento do Sul e Três Barras são os municípios em que o setor industrial mais contribui com o PIB. Apesar das atividades pertencerem ao setor industrial, a relação com o setor agrário é indubitável, visto que, no ano de 2013, Três Barras ficou em terceiro e São Bento do Sul em quarto no ranking dos municípios catarinenses relativos à indústria da madeira e celulose. Além disso, as ADR's de Mafra e Canoinhas estão, no ranking das ADR's, 9º e 11º lugar na indústria extrativa, conforme dados da Secretaria Estadual de Planejamento (2016). Isto é, mesmo para os municípios que exibem indicadores expressivos neste setor, suas indústrias estão diretamente vinculadas ao perfil agrícola e extrativista da região, pois estes municípios fornecem a matéria prima para as fábricas instaladas no território.

Quanto ao IDHM desses municípios, o quadro 3 indica o baixo desenvolvimento da região. Todos os municípios analisados seguiram a tendência apontada por Brasil e Santa Catarina de elevação de seus indicadores. Porém, chama atenção que apenas dois municípios da região estão entre os 10% dos municípios mais desenvolvidos do Estado: Porto União (21º) e São Bento do Sul (25º). Além destes, apenas outros dois municípios da região estão entre os

cem mais desenvolvidos: Mafra (36°) e Canoinhas (79°). Por outro lado, oito dos quatorzes municípios se encontram para além da ducentésima posição, sendo que Major Vieira (253°), Bela Vista do Toldo (264°), Monte Castelo (264°) e Matos Costa (281°) estão entre os municípios 20% menos desenvolvidos de Santa Catarina. Ademais, apenas Mafra, São Bento do Sul e Porto União apresentam IDHM maior que o estadual.

Quadro 3

Índice de Gini e IDHM dos municípios do Território Planalto Norte Catarinense (2000-2010)

Brasil, Unidade da Federação e Município	IDH-M 2000	IDH-M 2010	Ranking IDH 2010 Brasil/SC	Índice Gini 2000	Índice Gini 2010	Índice de Gini _{PF} 1996	Índice de Gini _{PF} 2006
Brasil	0,612	0,727	-	0,64	0,60	0,856	0,872
Santa Catarina	0,674	0,774	3°	0,56	0,49	0,671	0,682
Bela Vista do Toldo	0,491	0,675	264°	0,47	0,46	0,708	0,647
Campo Alegre	0,582	0,714	198°	0,49	0,41	0,719	0,641
Canoinhas	0,640	0,757	79°	0,60	0,49	0,741	0,745
Irineópolis	0,533	0,699	233°	0,55	0,54	0,625	0,662
Itaiópolis	0,562	0,708	207°	0,48	0,49	0,618	0,660
Mafra	0,652	0,777	36°	0,49	0,49	0,755	0,760
Major Vieira	0,582	0,690	253°	0,66	0,46	0,764	0,840
Matos Costa	0,512	0,657	281°	0,60	0,45	0,728	0,724
Monte Castelo	0,571	0,675	264°	0,56	0,44	0,787	0,806
Papanduva	0,564	0,704	222°	0,51	0,47	0,666	0,704
Porto União	0,666	0,786	21°	0,56	0,53	0,574	0,574
Rio Negrinho	0,616	0,738	132°	0,48	0,44	0,803	0,786
São Bento do Sul	0,679	0,782	25°	0,49	0,49	0,624	0,590
Três Barras	0,598	0,706	215°	0,60	0,47	0,812	0,845

Fonte: elaboração própria, conforme dados obtidos no sítio Atlas Brasil e IBGE.

Em relação ao Índice de Gini referente à renda, o quadro 3 retrata que todos os municípios da região apresentam resultados melhores se comparado ao indicador nacional. Contudo, quando a comparação se refere a Santa Catarina (ano 2010), Irineópolis e Porto União apresentam indicadores inferiores à média estadual. Canoinhas, Itaiópolis e São Bento do Sul têm resultado similar ao Índice de Gini catarinense e nove municípios dispõem de números melhores, com destaque para o município de Campo Alegre.

Conforme exposto anteriormente, outro indicador que permite uma maior percepção sobre a concentração fundiária na região é o Índice de Gini referente à propriedade fundiária⁸. O quadro 3 também registra o Índice de Gini aplicado à estrutura fundiária dos municípios da região (Índice de Gini_{PF} – Índice de Gini da propriedade fundiária). Os dados foram obtidos junto ao IBGE (2016) e permitem comparar os municípios da região, bem como os números com o Estado catarinense. Convém ressaltar que o Índice de Gini referente à renda nos municípios do planalto norte apresentou resultados semelhantes ao resultado estadual. Entretanto, ao se observar este indicador aplicado à estrutura fundiária, os números apontam um cenário diferente.

Entre os quatorze municípios, apenas um não apresentou alteração no período 1996-2006 (Porto União); cinco municípios obtiveram melhora no período comparado (Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Matos Costa, Rio Negrinho e São Bento do Sul). Porém, a maioria absoluta, nove municípios, teve um retrocesso quanto à concentração de terras. Ademais, apenas seis municípios apresentam um Índice de Gini_{PF} melhor que a média estadual, isto é, os demais possuem números superiores a (0,682). Não obstante, dos municípios que tiveram melhora nos resultados, Matos Costa e Rio Negrinho permanecem com concentração superior à média catarinense. Apesar de nenhum município do território apresentar resultado superior ao Índice de Gini_{PF} nacional, fica explícito que há concentração fundiária na região.

Convém destacar ainda alguns dados fundiários dos municípios do território, conforme o último Censo Agropecuário (2006) exibidos no quadro 4. Inicialmente, observa-se o número de estabelecimentos agropecuários de acordo com o tamanho, em hectares (ha).

Quadro 4

Número de estabelecimentos agropecuários – estrutura fundiária do planalto norte catarinense* (2006)

Unidade da Federação e Município	Nº. estab.	Até 1 ha	1 a 10 ha	10 a 20 ha	20 a 50 ha	50 a 100 ha	100 a 1000 ha	1000 a 2500 há	Mais de 2500 ha
Santa Catarina	193.668	5.275	64.119	56.412	45.310	10.723	7.252	346	109

⁸ Aplicando o Índice de Gini à concentração de terras, quanto mais próximo de um, maior é a concentração de terras no município; quanto mais próximo de zero, menor a concentração de terras (maior é a desconcentração fundiária).

Bela V. do Toldo	982	4	427	217	173	40	23	2	-
Campo Alegre	746	10	280	197	154	55	30	1	-
Canoinhas	2.044	35	882	434	385	141	121	3	2
Irineópolis	1.429	75	459	291	314	105	56	2	1
Itaiópolis	2.578	22	868	676	677	178	97	6	1
Mafra	1.639	15	557	374	410	138	112	3	4
Major Vieira	830	15	437	159	123	31	40	3	2
Matos Costa	244	3	24	97	65	18	25	3	-
Monte Castelo	763	70	281	134	120	60	54	4	2
Papanduva	1.335	38	559	316	265	64	53	2	1
Porto União	1.014	9	204	192	389	133	75	3	-
Rio Negrinho	787	6	192	203	203	81	72	12	2
São Bento do Sul	225	9	70	63	59	12	3	-	-
Três Barras	406	22	162	74	70	37	28	6	2
Total Planalto Norte	15.022	333	5.402	3.427	3.407	1.093	789	50	17

*Existem produtores sem área, os quais não foram incluídos na tabela.

Fonte: elaboração própria, conforme dados disponibilizados pela EPAGRI/IBGE

De acordo com o quadro 4, os municípios do território possuem apenas 7,76% dos estabelecimentos agropecuários do Estado. A maioria destas propriedades possui área entre um e dez hectares (5.402 estabelecimentos), representando 35,96% do total dos estabelecimentos agropecuários no Estado. Ao observar o número de propriedades até vinte hectares, a região apresenta 9.162 estabelecimentos (equivalente a 61% do total). Com relação aos municípios que detêm o maior número de estabelecimentos, destacam-se Itaiópolis e Canoinhas (acima de duas mil unidades). Por sua vez, São Bento do Sul e Matos Costa são aqueles que detêm o menor número de estabelecimentos. Apenas Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Matos Costa, Porto União e São Bento do Sul não possuem estabelecimentos acima de 2.500 hectares (são dezessete propriedades com estas características na região).

Quadro 5

Área dos estabelecimentos agropecuários – estrutura fundiária do planalto norte catarinense (2006)

Unidade da Federação e Município	Nº. estab.	Até 1 ha	1 a 10 ha	10 a 20 ha	20 a 50 ha	50 a 100 ha	100 a 1000 ha	1000 a 2500 ha
Santa Catarina	6.062.506	1.827	332.354	787.256	1.339.355	715.747	1.783.558	500.056
Bela Vista do Toldo	21.839	NI*	2.186	3.332	5.721	2.560	5.432	-
Campo Alegre	21.190	2	1.520	2.823	4.839	3.738	5.017	NI*
Canoinhas	80.774	14	4.682	6.289	11.772	9.868	35.217	3.916
Irineópolis	41.179	22	2.542	4.337	9.918	7.358	9.700	NI*
Itaiópolis	83.059	11	4.613	9.476	20.265	11.899	23.938	8.958
Mafra	83.449	7	2.787	5.247	12.409	9.339	24.650	5.034
Major Vieira	38.721	8	2.028	2.255	3.784	2.244	10.914	5.229
Matos Costa	17.841	NI*	139	1.599	2.157	1.201	7.813	4.931
Monte Castelo	37.122	24	1.267	1.971	3.912	4.485	12.658	6.089
Papanduva	39.752	19	2.921	4.584	8.093	4.343	14.343	NI*
Porto União	44.081	3	1.238	2.911	12.454	8.825	15.383	3.264
Rio Negrinho	64.781	5	1.003	3.073	6.432	5.903	20.178	19.508
São Bento do Sul	5.563	1	367	955	1.778	751	1.710	-
Três Barras	30.948	9	740	1.087	2.177	2.472	8.974	8.522

NI*: dados não disponibilizados pelo IBGE.

Fonte: elaboração própria, de acordo com dados disponibilizados pela EPAGRI/IBGE.

O quadro 5 indica a quantidade de área concentrada de acordo com o tamanho do estabelecimento; por exemplo: Santa Catarina detém 1.827 hectares em propriedades de até um hectare. Considerando estes dados, os municípios da região detêm 610.299 hectares, o que corresponde a 10,07% do total do Estado (6.062.506 hectares). Mafra, Canoinhas e Itaiópolis são os municípios que detêm a maior quantidade de hectares na região, superando a marca de oitenta mil. Os municípios de Bela Vista do Toldo, Campo Alegre e São Bento do Sul possuem

a maior parte das áreas ocupadas em estabelecimentos de vinte até cinquenta hectares. Os demais municípios têm maioria dos estabelecimentos agropecuários em propriedades de até vinte hectares. Entretanto, quando se totaliza o perfil do tamanho das propriedades, onze municípios têm a maior parte das áreas em propriedades acima de cinquenta hectares.

A análise dos resultados reafirma a existência das desigualdades em Santa Catarina. Ainda que os números exibidos indiquem uma situação melhor que o cenário nacional, o Território Planalto Norte Catarinense é uma das regiões menos desenvolvidas do Estado.

Considerações Finais

As desigualdades regionais são características do modo de produção capitalista. Assim como no Brasil, as regiões de Santa Catarina apresentam grandes discrepâncias entre si. Evidentemente, algumas regiões são menos desenvolvidas, sendo este o caso dos municípios do planalto norte catarinense, os quais formam um território que foi incluído no PTC. Assim, este estudo buscou analisar as especificidades desses municípios, considerando as relações entre a estrutura fundiária existente e o desenvolvimento regional.

O território objeto deste estudo foi o planalto norte catarinense, o qual se constitui numa região periférica do Estado. Sua economia é voltada para as atividades extrativas e agropecuárias, ainda que exista uma indústria local. Contudo, é justamente o potencial florestal da região que contribui para a indústria existente na região. Especificamente quanto aos resultados apurados, observou-se que a respeito do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* dos municípios da região, apenas três possuem resultado superior à média estadual (IBGE, 2016). Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), somente três municípios apresentam indicador superior ao IDHM médio catarinense (Atlas Brasil, 2016). Com relação ao Índice de Gini referente a renda, os municípios apresentam resultados satisfatórios (Atlas Brasil, 2016). Entretanto, quando se analisa o Índice de Gini referente a estrutura fundiária, a maioria dos municípios exhibe concentração fundiária acima do índice estadual (IBGE, 2006).

O neoextrativismo tem encontrado condições favoráveis para sua expansão nos últimos anos. Os resultados obtidos corroboram com a premissa inicial de que esta nova etapa do extrativismo não alterou significativamente a estrutura fundiária brasileira, em especial, a do planalto norte catarinense. Não obstante, a substancial concentração fundiária existente no território favorece a permanência das desigualdades socioeconômicas regionais, contribuindo

para o desenvolvimento desigual em Santa Catarina. Evidentemente, estudos complementares a este necessitam ser desenvolvidos. Contudo, é inegável que o neoextrativismo favorece a concentração fundiária, contribuindo substancialmente para o baixo desenvolvimento do território Planalto Norte de Santa Catarina.

Por fim, é evidente que novos estudos e pesquisas sobre a estrutura fundiária brasileira poderão contribuir, sobremaneira, para questionar as políticas públicas destinadas ao setor agropecuário, bem como contribuir com ações futuras. Incontestemente é a interpretação de que a distribuição e o acesso às terras no Brasil contribuíram para gerar uma desigualdade que permanece até estes dias. Assim, a concentração de terras ocasiona discrepâncias regionais expressivas as quais, conforme pode ser observado na obra de Harvey, são salutares e essenciais ao modo de produção capitalista. Desse modo, o baixo desenvolvimento do planalto norte catarinense é, também, consequência da dificuldade de acesso às terras. Apesar de a região dispor de um número significativo de imóveis rurais, os dados reforçam o grau de concentração fundiária. Portanto, discutir o desenvolvimento das regiões rurais passa pela transformação da estrutura fundiária vigente.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir, uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). *Um campeão visto de perto. Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. (p. 198-216). Disponível

em: https://br.boell.org/sites/default/files/democracia_inside_a_champion_port_final.pdf

Acesso em 29 de setembro de 2017.

ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. (2016). *Dispõe sobre a transformação das Secretarias de Desenvolvimento Regional em Agências de Desenvolvimento Regional, extingue cargos e estabelece outras providências*. 17 dez. 2015. Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/2015/16795_2015_lei.doc>.

Atlas Brasil. *Consulta*. 2016. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>.

Atlas Brasil. *O IDHM*. 2016. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>.

Carvalho, Igor S. H. de. *Campesinato e biodiversidade no Cerrado: um estudo sobre o assentamento Americana (Grão Mogol-MG) à luz da agroecologia*. 2013. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). Disponível

em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281006> Acesso em 29 de setembro de 2017.

Claval, Paul. Espaço e Território: as bifurcações da ciência regional. In: *Espaço e Economia* [online]. 1. 2012. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/94>.

Goularti Filho, Alcides. A questão regional no Brasil: uma introdução ao debate. In: I. M. THEIS (org.). *Desenvolvimento e Território: questões teóricas, evidências empíricas* (pp. 55-68). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos. Las ambivalencias del progresismo sudamericano. In: *Nueva Sociedad*, n° 237, p. 128-146, enero-enero 2012. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/estado-compensador-y-nuevos-extractivismos-las-ambivalencias-del-progresismo-sudamericano/> Acesso em 07 de jun. de 2017.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: *Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimentos e prosperidade*. LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (orgs.). p. 303-318. Rio de Janeiro: Garamond e IRD, 2012.

Hansch, Ana Lucia; Gaertner, Francielle C.; Hirano, Elcio; Bonfleur, Roberto. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Planalto Norte Catarinense (versão preliminar)*. Canoinhas: 2006. Doc. em pdf.

Harvey, David. (2004). *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola.

Harvey, David (2006). *Spaces of global capitalism*. London: Verso, 2006.

Hoffmann, R.; NEY, M. G. (2010). *Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Brasília: MDA. Doc. em pdf.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006*. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/comentarios.pdf.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Banco de Dados Agregados*. 2016. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=5938&z=t&o=3&i=P>.

Liberato, Rita de C. Revisando os modelos e as teorias da análise regional. In: *Caderno de Geografia*, vol. 18, n° 29. Belo Horizonte. 2008. Disponível em: http://www1.pucminas.br/documentos/geografia_28_notas01.pdf.

Maldonado, Fernando Goya. Um pouco mais ao sur: extrativismo, neo-extrativismo e pós-extrativismo sob duas experiências sul-americanas. In: ROJAS, Lucero I.; CASTRO, Ovidia R.: *La privatización de lo Público: el manejo y la ampliación de los recursos del Estado*. 2013. Disponível em: <https://sjlatinoamerica.files.wordpress.com/2015/05/8-maldonado-fernando-un-poco-mais-ao-sul.pdf> Acesso em 29 de setembro de 2017.

Mattedi, Marcos A. Pensando com o Desenvolvimento Regional: subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. In: *Revista Brasileira de Desenvolvimento*

Regional, 2 (2), p. 59-105. Blumenau, primavera 2014. Disponível em:

<<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4807>>

Milanez, Bruno; Santos, Rodrigo S. P. dos. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. In: *Revista Pós Ciências Sociais*, vol. 10, nº 19, pp. 119-148, jan./jun. 2013.

Milani, Maria Luiza. Identidade sociocultural do Planalto Norte Catarinense: uma realidade (in)visível. In: *Revista Científica Ciência em Curso*, vol. 2, nº 2, p. 125-131, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/ciencia-em-curso/0202/020205.pdf> Acesso em 05 de setembro de 2017.

Misoczky, Maria C.; Böhm, Steffen. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgá contra projetos megamineiros. In: *Cadernos EBAPE.BR*, vol. 11, nº 2, artigo 6, Rio de Janeiro, pp. 311-339, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512013000200008&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 29 de setembro de 2017.

Moreira, Paulo Odair. *Processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR): um estudo sobre a realidade socioeconômica no Planalto Norte Catarinense*. 2016. Dissertação (Mestrado). Programa de Desenvolvimento Regional – Universidade do Contestado. Canoinhas: 2016.

Perroux, François. *A economia do século XX*. Lisboa: Herber, 1967.

Portal de Economia de Santa Catarina. *Análise Regional*. 2016. Disponível em:

<<http://novosite.fepese.org.br/portaldeeconomia-sc/index.php?c=dados>>.

Ramos, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). In: *Estudos Avançados*, vol. 15, nº 43. São Paulo. 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300012&script=sci_arttext>.

Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina. 2016. Disponível em:

<<http://www.sef.sc.gov.br/>>.

Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina. *Portal Estatístico: Produto Interno Bruto – Indústria*. 2016. Disponível em:

<<https://sites.google.com/a/spg.sc.gov.br/portal/pib/industria>>

Smith, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Trad. E. A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Stedile, J. P. (org.). *A questão agrária no Brasil 2: O debate na esquerda: 1960-1980* (pp. 17-33). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Tomporoski, Alexandre A.; Marchesan, Jairo. Planalto Norte Catarinense: algumas considerações sobre aspectos históricos, características físico-naturais e extrativismo. In: *Desenvolvimento Regional em debate*, vol. 6, nº 2, ed. esp., p. 51-63, jul. 2016.

Tomporoski, Alexandre A. Do movimento sertanejo do Contestado (1912-1916) à contemporaneidade – o domínio fundiário no Território do Contestado. In: *FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História*, vol. 2, p. 78-93, 2016.